

JOURNAL OF DEMOCRACY EM PORTUGUÊS

Volume 11, Número 1, Junho de 2022

A metamorfose social e a democracia

Sérgio Abranches

Representação, participação e o futuro da democracia

Bruno P. W. Reis

Democracia e neoliberalismo: um encontro fatal

Céli Regina Jardim Pinto

Teorias conspiratórias e democracia

Bernardo Sorj

O maior temor de Putin

Robert Person e Michael McFaul

O renascimento da ordem mundial liberal

Lucan Ahmad Way

GOLPE NA TUNÍSIA

A democracia está perdida?

Moncef Marzouki

O arco da democracia: do renascimento à ameaça

Larry Diamond

**PLATAFORMA
DEMOCRÁTICA**

FUNDAÇÃO FHC
CENTRO EDELSTEIN

PLATAFORMADEMOCRATICA.ORG



JOURNAL OF
DEMOCRACY
EM PORTUGUÊS

CONSELHO EDITORIAL	Bernardo Sorj Sergio Fausto
TRADUÇÃO	Fabio Storino
REVISÃO TÉCNICA	Otávio Dias Beatriz Kipnis Isabel Penz
DIAGRAMAÇÃO	Lisia Lemes / Lilemes Comunicação

Journal of Democracy em Português, Volume 11,
Número 1, São Paulo, Junho de 2022
Plataforma Democrática
ISSN 2527-1369

Índice de catálogo sistemático:

Democracia, Política e Governo, Sociedade, Partidos Políticos, Políticas Públicas.

© Copyright - Todos os direitos reservados à:

Fundação Fernando Henrique Cardoso
Rua Formosa, 367, 6º andar, Centro, São Paulo/SP, CEP: 01049-000
www.fundacaofhc.org.br • e-mail: imprensa@fundacaofhc.org.br

**PLATAFORMA
DEMOCRÁTICA**
FUNDAÇÃO FHC
CENTRO EDELSTEIN
PLATAFORMADEMOCRATICA.ORG



São Paulo (Sede)
Rua Formosa, 367, 6º andar - Centro
São Paulo - SP - Brasil - CEP 01049-000
tel: +55 (11) 3359-5000
contato@plataformademocratica.org

PERIODICIDADE: Semestral

Apresentação

Em maio de 2022, o *Journal of Democracy em Português* — uma publicação semestral da Plataforma Democrática, disponível gratuitamente na internet — completou dez anos e, para comemorar a data, preparamos uma edição ampliada composta por oito artigos: quatro deles inéditos, escritos por autores brasileiros, e quatro traduções de textos originalmente publicados na versão em inglês do *Journal*.

O fio condutor dos trabalhos aqui reunidos é a preocupação (e até mesmo a perplexidade) diante dos enormes desafios que a democracia enfrenta em todo o mundo e também no Brasil a esta altura do século 21, e a tentativa de analisá-los e compreendê-los em seus diferentes aspectos em busca de possíveis caminhos para reinventá-la e fortalecê-la.

No primeiro texto inédito, o cientista político Sérgio Abranches interpreta a instabilidade, as incertezas e as contradições de nosso tempo como resultado de uma verdadeira metamorfose das sociedades contemporâneas, nos planos social, científico-tecnológico e ambiental. Aquecimento climático, substituição crescente do trabalho humano por máquinas inteligentes, avanços científicos que estendem a expectativa de vida, ao mesmo tempo que colocam problemas morais inéditos, são grandes desafios que exigem níveis de cooperação, competência e conhecimento não disponíveis mesmo nos países mais avançados.

As democracias, nas quais a palavra é livre e as autoridades sujeitas ao voto, sofrem com o desencanto e o descrédito resultantes da dificuldade que mostra para dar respostas às incertezas, medos e aspirações exacerbadas pela mudança histórica em curso. Mas são elas, e não os regimes fechados e autoritários, ressalta Abranches, as mais aptas a encontrar respostas aos desafios contemporâneos, justamente

porque mais permeáveis ao contraditório e adaptáveis a um futuro em construção.

“Os grandes desafios durante e após a metamorfose continuarão a ser a superação das desigualdades, velhas e novas, o aprofundamento da democracia, a remodelagem das salvaguardas contra a autocracia e a mitigação da mudança climática, que torna o futuro ainda mais incerto. Para enfrentá-los, a sociedade disporá de um novo kit de ferramentas oriundo das mudanças técnicas e comportamentais”, escreve o autor.

No segundo artigo, Bruno P. W. Reis, professor de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais, analisa o impacto das profundas mudanças tecnológicas, econômicas e comportamentais em curso nos sistemas de representação e participação política. Sua tese é a de que comete um equívoco quem pensa a representação política como uma infeliz necessidade de sociedades mais complexas, um mal necessário frente à impossibilidade de ter uma democracia direta. O desafio contemporâneo não seria organizar uma espécie de ágora grega baseada nas tecnologias da informação, mas sim reconstruir os canais de representação num momento em que as sociedades se tornam mais individualizadas e fragmentadas — e crescentemente polarizadas — e as chamadas instituições intermediárias — tipicamente os partidos — perdem filiados e densidade programática.

“O quadro contemporâneo tem tido um claro efeito desorganizador sobre a política. Os movimentos que emergem no novo cenário parecem propensos a rejeitar mediações. Isso costuma ser saudado como uma promessa de democracia direta, mas não há razões para otimismo. Em uma paisagem relativamente desprovida de mediações, por mais que as pessoas tenham a sensação de agir livremente, atores com posição mais central nas redes de poder desfrutarão de maiores graus de liberdade para perseguirem seus propósitos e formatarem unilateralmente a agenda política”, alerta Reis.

No terceiro texto, a historiadora e cientista política Céli Regina Jardim Pinto, professora emérita da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, aprofunda-se na discussão sobre o esgotamento da relação neoliberalismo-democracia.

“O neoliberalismo não é em essência antidemocrático, entretanto, não consegue se realizar na democracia. A missão dos neoliberais é limitar as lutas por igualdade, pois estas limitam a liberdade de acumular capital. Para alcançar esse objetivo, necessitam combater os avanços civilizatórios, alcançados primeiro pela luta dos operários e seus direitos trabalhistas, depois pelos movimentos feministas, LGBTQIA+, antirracista etc. É disso que se trata, em grande medida, as ameaças à democracia que enfrentamos no século 21”, diz.

No quarto artigo inédito, o sociólogo Bernardo Sorj, diretor do Centro Edelstein de Políticas Sociais e da Plataforma Democrática, analisa o porquê do sucesso das teorias conspiratórias, uma das ameaças à democracia nos dias que correm.

“O que nos interessa ressaltar é o enorme atrativo que as teorias conspiratórias possuem para diversos setores da população, em um duplo movimento que os transforma em vítimas e ao mesmo tempo os empodera. Transforma-os em vítimas, pois os mais diversos mal-estares vividos (epidemias, crises econômicas, novos costumes, desemprego) pelas pessoas ou grupos seriam produto de uma ação intencional de outros grupos identificados como inimigos. E os empodera, pois oferece às ‘vítimas’ um mapa simplificado do mundo e do culpado a ser combatido”, explica.

No quinto texto, os professores norte-americanos Robert Person e Michael McFaul desconstruem a tese de que a expansão da Otan seria o principal motor da crise que levou à invasão da Ucrânia pela Rússia, defendida pelo presidente Vladimir Putin e repetida por analistas, jornalistas e políticos de diversos países e até mesmo dos Estados Unidos e da Europa.

“Putin deseja algo muito mais significativo na Ucrânia: o fim da democracia e o retorno de sua submissão à Rússia. Enquanto os cidadãos em países livres da Eurásia e da Ásia Central insistirem em exercer seus direitos democráticos de eleger seus próprios líderes e trilhar seu próprio caminho, Moscou continuará tentando enfraquecê-los”, afirmam.

No sexto texto, o cientista político canadense Lucan Ahmad Way, professor da Universidade de Toronto, afirma que, embora a Guerra na Ucrânia desperte muitos temores de que o mundo poderia estar à beira de uma época sombria, ao mesmo tempo há evidências consideráveis de que o ataque de Putin às normas internacionais poderia, em última análise, fortalecer a ordem mundial liberal.

“Mais de 60 anos após os horrores da Segunda Guerra Mundial, a invasão lembrou novamente ao mundo o custo humano brutal provocado pela rejeição dos valores liberais. A democracia não é simplesmente um bem abstrato, mas tem implicações importantes para o bem-estar humano. Embora um maior pluralismo possa não gerar maior crescimento econômico ou reduzir os níveis de corrupção, ele permite às sociedades evitar o tipo de violência brutal que vemos hoje na Ucrânia e, cada vez mais, na Rússia”, escreve.

Por que a democratização no mundo árabe parece um processo tão árduo?, pergunta no sétimo artigo o médico e ativista pela democracia e pelos direitos humanos Moncef Marzouki, que foi presidente da Tunísia entre 2011 e 2014, escolhido pela Assembleia Constituinte eleita após a Primavera Árabe neste país do norte da África.

“Perdemos a luta pela democracia? A resposta é sim, mas essa derrota é temporária. A ditadura, seja do tipo militar no Egito ou populista na Tunísia, tem poucas chances de melhorar a situação econômica da população. Além disso, a instauração de um regime democrático, ainda que imperfeito, deixou um gostinho de liberdade entre as gerações mais jovens e setores influentes da sociedade, como jornalistas,

advogados, ativistas da sociedade civil e assim por diante. Devemos apoiá-los com todas as nossas forças. As vidas de nossos concidadãos dependem disso”, defende o ex-presidente. A Tunísia viveu uma inicialmente bem-sucedida transição democrática a partir de 2011, interrompida no ano passado quando o atual presidente Kais Saïd suspendeu o Parlamento e passou a governar por decreto.

Para concluir esta edição comemorativa, traduzimos o artigo de despedida do cientista político Larry Diamond da função de co-editor do *Journal of Democracy*, cargo que ocupou por 32 anos. Segundo o pesquisador da *Hoover Institution (Stanford University)*, vivemos o momento mais sombrio para a liberdade em meio século, motivado por três fenômenos concomitantes: o contínuo e chocante declínio da democracia nos EUA, a emergência da China como nova superpotência global e a aliança entre a autocracia e a cleptocracia na Rússia de Putin.

“Tenho fé nas perspectivas de longo prazo da democracia, porque é um sistema moralmente superior e porque provou ao longo do tempo ser mais efetivo em atender as necessidades humanas. Mas não há nada de inevitável quanto ao triunfo da democracia. Serão as democracias do mundo capazes de gerir suas divisões e encarar o desafio colocado pelo autoritarismo ressurgente? Apenas um reconhecimento lúcido da profundidade do perigo atual será capaz de produzir a vontade necessária. Continuo otimista”, diz.

Boa leitura.

Bernardo Sorj e Sergio Fausto

Diretores de Plataforma Democrática

Representação, participação e o futuro da democracia

Bruno P. W. Reis

Bruno P. W. Reis, cientista político, é professor titular do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

A experiência democrática na América Latina é permanente objeto de desconfiança, sempre interpelada a produzir alguma forma de participação que se possa dizer autêntica, autônoma ou algo que o valha, relativamente imune a instrumentalizações “de cima”. Esse ideal é tipicamente contraposto ao diagnóstico de um sistema representativo local tido por oligárquico, vertical, autoritário ou corrupto, conforme as ênfases próprias de cada autor. Nem se trata aqui de negar o valor do ideal e a pertinência geral do diagnóstico – mas o contraste costuma agravar-se por uma recepção idealizada da experiência das democracias europeias e norte-americanas, que não deixa de induzir uma baixa “autoestima institucional”, com efeitos negativos relevantes na estabilidade institucional. Neste momento, porém, as rotinas políticas em toda parte, no centro como na periferia, derivam para mais longe dos ideais e valores que justificam e norteiam a ordem constitucional liberal-democrática.

Especificamente no que diz respeito à esquerda, houve tempo em que ela rejeitava o valor, senão a própria ideia, da “democracia re-

representativa”. À medida que preservava o protagonismo de uma elite política, a representação não poderia ser compatível com uma democracia, se fôssemos devidamente rigorosos quanto à acepção do termo. No mínimo, seria uma democracia manca, pouco democrática no fim das contas, particularmente se contrastada com o valor e a presumível autenticidade da “democracia participativa”.¹

Posto em termos ideais, talvez o desiderato básico de sistemas de representação política que se queiram democráticos e pluralistas possa ser descrito de forma relativamente simples. Trata-se de viabilizar um sistema de decisões políticas que, sendo perfeitamente permeável a *todos* os interesses, não se deixe *capturar* por nenhum deles especificamente, em detrimento dos demais. Dito assim, de modo tão sintético, talvez pareça simples, mas em termos operacionais, práticos, é quase uma impossibilidade, pois os interesses não se distribuem aleatoriamente entre as pessoas em sociedade, e diferentes focos de interesse têm peso relativo muito variado na tessitura social e, portanto, têm influência muito assimétrica sobre o processo decisório. O contraste intuitivo entre participação e representação parte da intuição de que, na ausência de mediações, o peso de todos os participantes seria igual – o que leva o raciocínio a desconfiar de mediações. Mas a topografia da paisagem política é acidentada, as vozes não se fazem ouvir igualmente nem mesmo quando todos votam ao mesmo tempo por seus celulares – pois alguém decidirá o que será votado, assim como as opções disponíveis. Felizmente, toda ação política é representativa e contempla interesses que vão necessariamente além da voz individual que se manifesta.

A questão é *a quem* as vozes representam, os *procedimentos* por onde essa representação se viabiliza, os efeitos desses procedimentos sobre as assimetrias oriundas das conexões diferenciais de cada pessoa (pois diferentes procedimentos podem mitigar ou reforçar essas

1. Cf. Reis 2015; Reis & Bueno 2015, para uma breve apreensão crítica.

assimetrias) e, por fim, os processos de retroalimentação pelos quais essa eventual representação pode (ou não) se manter ao longo do tempo. Pois ninguém comparece sozinho à arena política. É sempre de *nós* que se trata. A primeira pessoa só comparece à arena política no plural.

Como diz David Plotke (1997), “o oposto da representação não é a participação. O oposto da representação é a exclusão. E o oposto da participação é a abstenção. (...) A representação não é um compromisso infeliz entre um ideal de democracia direta e as confusões das realidades modernas. A representação é crucial na constituição de práticas democráticas.”² É na constituição institucional de *sistemas* de representação que residem as esperanças do ideal democrático, apoiado sobre os princípios de igualdade política e soberania popular. Neste exato momento, porém, nós não sabemos exatamente como fazer isso.

Pois, para começar, em qualquer tempo, o objetivo nada tem de trivial. Não podemos presumir ou esperar que, a partir da universalização dos direitos políticos, algo de automático ou espontâneo se dê rumo a uma expressão equânime dos legítimos interesses, materiais ou ideais, de todas as pessoas. Isso pode parecer contraintuitivo ante a desconfiança recorrente da representação em favor de mecanismos de “ação direta”, que exprimam algum tipo de “vontade geral”, na expressão naturalizada a partir de Rousseau. Mas sistemas políticos relativamente desprovidos de mediações em seu processo decisório, mais que dar voz ao povo (entendido como uma coleção mais ou menos simétrica de pessoas “comuns”, relativamente iguais entre si), acabam dando vazão de maneira mais crua – e brutal – às fundas assimetrias que invariavelmente atravessam as sociedades modernas, dada a imensa complexidade implicada na interação cotidiana rotineira entre milhões (às vezes bilhões) de pessoas. Dadas as inovações em tecnologias de comunicação das últimas décadas, um simulacro de “democracia direta” já não é impossível, sequer em escala planetária. Mas tudo leva a crer que, ao

2. Tradução minha. Sou sempre muito grato a Natália Bueno pelo achado desta passagem.

invés de um aprofundamento da democracia, ela favoreceria o abuso do poder econômico e o aprofundamento das desigualdades.

É lugar comum a analogia mecânica implicada na ideia de “freios e contrapesos” (*checks and balances*) como receita de boa construção institucional liberal-democrática. Mas esta imagem é feita para exprimir o desejável controle mútuo, horizontal, entre poderes formalmente instituídos. Disciplinarmente, talvez tenha lugar central, de modo precípuo, sobretudo no Direito Constitucional. Para a Ciência Política, disciplina de matriz sociológica (que não por acaso costuma constituir uma das ênfases dos cursos de Ciências Sociais), o foco deve recair nos processos pelos quais diferentes interesses existentes nas sociedades, cada qual com sua base de apoio e respectivo conjunto de recursos mobilizáveis para a disputa política, logra (ou não) transmitir com eficácia esses interesses até a arena decisória, em condições de influir concretamente em seu resultado. Aqui a imagem mais precisa, para além dos freios e contrapesos da disputa intrainstitucional, é antes a das instituições decisórias como um sistema de polias e roldanas por meio das quais se refrata, se difunde ou se multiplicam os pesos de forças específicas em diferentes pontos do sistema.

Há de fato uma vasta tradição pluralista, toquevilleana talvez, apoiada no elogio à “arte da associação”, herdada e abraçada com ênfase pela ciência política norte-americana do imediato pós-guerra, que confere centralidade forte à vida associativa civil (sindical inclusive) como lastro crucial à vida partidária e fonte, portanto, de uma canalização eficaz das identidades políticas por um sistema de representação partidariamente mediado. Desde o século 19 a esquerda tendeu a ver com desconfiança a representação em favor de variados repertórios de ação direta, mas é digno de nota que a implementação de *políticas* redistributivas minimamente eficazes ao longo do século 20 tendeu a se dar em ambientes institucionais não apenas povoados de organizações civis de variados tipos, mas também suficientemente complexos

e povoados de conselhos, comissões e plenários que, dentro e fora do parlamento, deram voz (e poder de barganha) a essas organizações ou a seus representantes. Para exercer vetos. Para travar o processo decisório. Para obstruir. Botar areia, mesmo. Sobrepor travas e alavancas específicas em pontos estratégicos do sistema de roldanas. E, assim, arrancar concessões.

Naturalmente, isso depende também do desenho das instituições políticas estritamente consideradas. Mas não só. Sobre essa dinâmica incidirá, de modo decisivo, todo o lastro organizacional que retroalimenta continuamente as instituições, baseado em sindicatos e associações civis de todo tipo, sobre o qual poderá assentar-se o sistema partidário – se este lograr enraizamento social suficiente. Se o mapa do associativismo civil for suficientemente robusto e abrangente, propiciará, por sua vez, o lastro organizacional sobre o qual poderá assentar-se um sistema partidário mais institucionalizado e estável. Num plano ainda mais fundamental, a dinâmica decisória sofrerá o impacto também da distribuição de poder socialmente resultante das relações de produção, da distribuição da propriedade e da organização do trabalho predominantes na sociedade.

Com base na experiência do século 20, pode-se afirmar que as mais consequentes iniciativas de políticas redistributivas se deram sob ambientes institucionais povoados de múltiplas instâncias de representação de interesses, tanto em âmbito parlamentar quanto fora dele, em conselhos e instâncias de representação corporativa de variados desenhos em diferentes países, mas sempre com múltiplos pontos de veto e forte indução à barganha e ao compromisso pragmaticamente orientado. Esse aparato institucional tipicamente tendeu a operar com sistemas partidários organicamente conectados a um associativismo civil e sindical abrangente e diversificado, por sua vez lastreado sobre filiação numerosa empregada em setores economicamente importantes mais ou menos prontamente mobilizáveis por interesses partidários.

Essa cena desmantelou-se, em larga medida, ao longo dos últimos cinquenta anos. Como causa remota mais funda, talvez seja possível postular que a perda de centralidade sofrida pelas grandes plantas industriais na dinâmica econômica dos países mais centrais, com a consequente pulverização dos postos de trabalho em vínculos precários quase-individuais junto a algum provedor de serviços, reduziria irresistivelmente o poder de barganha das organizações trabalhistas. A virada da maré política não tardou a se fazer sentir. Ao longo do processo, a própria emergência de novos meios de comunicação tem produzido impacto considerável na forma e no conteúdo da ação política, com efeito corrosivo sobre o vínculo associativo que compôs o substrato da democracia moderna. A erosão recente dos indicadores de identificação partidária em toda parte, em favor de formas mais fluidas – e voláteis – de organização e ação política, não deixam de ser um sintoma estrutural, até tecnologicamente condicionado, de deterioração do quadro político-institucional das democracias partidárias do século 20 e do conjunto de políticas públicas que lhes eram características.

Nesse processo perdeu-se boa parte da *tração* eventualmente existente naquelas polias e roldanas, entre interesses organizados na sociedade, principalmente sindicatos, e o processo decisório no âmbito do sistema político. Alguém poderá conjecturar que isso se dará para qualquer grupo de interesse, com qualquer conteúdo ou orientação, mas é preciso ponderar que um sindicato operário depende muito mais de organização e capacidade de mobilização capilarizada em sua retaguarda do que uma *big tech* – ou mesmo uma empreiteira ou um banco. Em arenas e contextos onde o processo decisório corre mais solto, em que as decisões são mais rápidas (e talvez alguém as queira descrever como eficientes), presumivelmente nesses casos os interesses economicamente mais poderosos terão o caminho aplainado para condicionar a agenda política, aprovar o que lhes interessa ou matar

no nascedouro o que não interessa. Seja por um quase-monopólio do financiamento das campanhas eleitorais, seja pelo mero acesso facilitado aos decisores que tais grupos naturalmente encontrarão, por sua posição mais central na topologia das redes de influência.

De novo: todo sistema político é, de algum modo, representativo. A política não paira no éter, e o sistema, por mais que engendre e atenda também a interesses próprios, relativamente endógenos, irá lastrear-se, bem ou mal, em algum lugar fora de si, em alguma coalizão de interesses existente na sociedade, em detrimento de outros. E a mera existência do sufrágio eleitoral, embora necessária, não será sequer remotamente suficiente para garantir que o sistema resultante venha representar prioritariamente o eleitor mediano – em vez dos financiadores das campanhas, por exemplo. A identificação dos mecanismos e processos de retroalimentação (sejam de reforço ou de ruptura) relevantes para arranjos político-institucionais específicos ao longo do tempo é uma tarefa em aberto. Talvez, numa leitura mais pessimista, os interesses economicamente mais poderosos sempre acabem prevalecendo em algum momento, salvo por conjunturas específicas, necessariamente transitórias; num registro mais otimista, talvez a retroalimentação eleitoral acabe trazendo de volta a disputa para arranjos mais consensuais de tempos em tempos. Mas essas são questões para as quais ainda não temos resposta, cujo delineamento formal dependerá de nossa capacidade de teorização sobre processos de *feedback* para as dinâmicas não-lineares resultantes.

América Latina na virada do século 21: entre a ascensão da organização e a onda global da “neoliberalização”

No último quarto de século, assistimos a uma multiplicação, de vigor considerável, das formas e dos canais de representação política

em muitas democracias emergentes em países periféricos. Favorecida pela urbanização das décadas anteriores, essa tendência foi também promovida pela ascensão ao poder de vários partidos ou agrupamentos políticos alinhados a movimentos sociais urbanos, em boa medida exógenos ao sistema de representação parlamentar previamente existente. Sob esse enquadramento, não são pequenas as analogias cabíveis entre o caso do PT no Brasil e a experiência social-democrata europeia, anterior a ele em quase um século (Reis 2014). Em ambos os casos, trata-se de partidos exógenos ao sistema de representação eleitoral anterior, com origem externa aos parlamentos, lastro sindical importante e considerável militância civil. Com esses ingredientes, o sucesso eleitoral significou, em ambos os casos, a formação e a promoção de *novas elites políticas*.

Numa dinâmica como essa, a eventual ascensão ao poder termina por produzir – de maneira mais ou menos inevitável – inovações institucionais que propiciem a essas novas elites os espaços institucionais de que necessitam para implementar seu programa e exercer o mandato que obtiveram nas urnas. Pois, ao chegarem ao poder, esses novos protagonistas tendem a encontrar os nichos de representação política, formulação de políticas e tomada de decisões preenchidos por seus adversários. Não me refiro a assentos parlamentares apenas (pois estes flutuarão), mas principalmente aos chamados “anéis burocráticos” que ligam informalmente estado e interesses privados, e cuja operação na ditadura militar brasileira foi descrita por Fernando Henrique Cardoso (1975: 201-9). Nesse cenário, o novo detentor do poder será compelido a criar espaços que promovam a representação dos seus aliados na sociedade civil organizada. Com efeito, esta será uma *exigência* natural desses aliados, sob a natural expectativa de implementação de suas demandas. De maneira um tanto irônica, a chegada desses novos atores ao poder, quase sempre inspirada por uma crença voluntarista na “ação direta”, inevitavelmente se exprime, acima de tudo, pela multiplicação das instâncias de *representação* política.

Nesse aspecto particular, a experiência latino-americana recente não se distingue daquilo que se observou com a ascensão política da social-democracia europeia, quase um século antes: pois a presença de arranjos corporativistas de intermediação institucional de interesses talvez tenha sido o principal legado político da experiência social-democrata na Europa (Reis 1995). Em ambos os casos, não faltou quem quisesse desqualificar a experiência como cooptação de lideranças civis por governos. Contudo, essa é sempre uma via de mão dupla. Lideranças civis tentarão emplacar suas demandas na forma de políticas públicas; e governos tentarão respaldar sua posição pela cristalização de apoio organizado na sociedade. Aquilo que a oposição chamará de cooptação, os presumíveis cooptados poderão legitimamente chamar de “conquista”, pela concretização de uma legítima demanda por um governo que lhes parecerá sensível a suas aspirações e, portanto, um aliado a quem desejam apoiar.³ Na linguagem de Claus Offe (1989), porém, essa cooptação termina por se mostrar como um processo de corresponsabilização dos atores civis por políticas pelas quais eles tenham lutado. Para desgosto dos simpatizantes mais exaltados, todos esses partidos, lá e cá, ao optarem pela luta eleitoral, diluíram o fetiche revolucionário, moveram-se rumo ao centro, fixaram compromissos, abandonaram cláusulas programáticas, burocratizaram-se e, enfim, domesticaram-se em alguma medida.

Ao fim e ao cabo, porém, mesmo com toda essa inevitável diluição ideológica, é preciso reconhecer que tanto a social-democracia europeia quanto muitos governos latino-americanos recentes foram capazes de exibir resultados importantes em várias arenas, especialmente a redistributiva. Em ambos os casos, o que terá viabilizado seus sucessos terá sido menos a clareza programática ou doutrinária, e mais a intensidade do vínculo orgânico entre cada partido e o associativismo civil – sobre-

3. Essa é uma antiga controvérsia na ciência social brasileira, a partir da oposição entre “participação” e “cooptação” em Simon Schwartzman (1973). Fábio Wanderley Reis contestou a oposição em artigo de 1977, que levou o sugestivo título “A revolução é a geral cooptação”.

tudo organizações sindicais – representantes de trabalhadores manuais que ocupam estratos pouco elevados na divisão social do trabalho.

Corrosão do Estado e, com ele, de tudo que é público

O quadro contemporâneo, tanto tecnológico (internet, redes) quanto econômico (desregulamentação da economia e incapacitação do Estado) tem tido um claro efeito desorganizador sobre a política. Ela não apenas funciona *diferente* de cinquenta anos atrás, mas também parece *perder capacidade* em termos operacionais. Sistemas políticos hoje conseguem entregar menos do que já entregaram, tanto em serviços públicos quanto em sua função precípua de mediação e acomodação de interesses entre variados grupos. Na linguagem da ciência política norte-americana dos anos 1960, sistemas políticos hoje têm menos *capabilities* do que então. Se é assim, podemos nos perguntar se não estamos justamente vivendo um período de reversão num processo de *desenvolvimento político* (outro termo caído em desuso) que então eles pretendiam diagnosticar mundo afora.

Num cenário como esse, por implicação, atores com fontes de poder *extrapolíticas* (econômicas, simbólicas etc.) se tornam mais poderosos. Se o sistema político se torna mais fraco, menos poderoso, então o Estado perde poder frente a plutocratas privados e financiadores de campanhas; canais oficiais perdem influência para redes sociais e sítios na internet; partidos perdem protagonismo para movimentos aleatórios com base na rede; e – numa dobra mais sombria – o aparato coercitivo do Estado perde peso frente às milícias da vida. Isto é global, está em toda parte, e os próprios Estados Unidos têm claramente sofrido uma aguda deterioração de sua vida política. Mas os neonazistas e milicianos de ocasião, em si mesmos, não são o epicentro do processo. São só a ponta mais feia dos icebergues que o quadro atual faz desprenderem-se.

Faz então sentido concluir que a chamada *razão de Estado* venha perdendo peso na dinâmica decisória dos sistemas políticos nas últimas décadas. Muitos dos principais vínculos de interesse de pessoas influentes junto aos centros de decisão política estão em outros lugares, pelas notórias “portas giratórias” entre setor privado e atores estatais cruciais. Políticos e generais, quando se aposentam, vão atuar como lobistas bem remunerados em favor de interesses privados, como é fácil exemplificar em qualquer país – com peculiar desenvoltura, e implicações globais dramáticas, no caso dos Estados Unidos. E este é apenas um dos mecanismos pelos quais operam os anéis burocráticos aludidos por F.H. Cardoso ao descrever o Brasil dos anos 1970.

Sobre o caso americano, é digno de nota que a regulação da economia e a contenção do abuso do poder econômico já foram muito mais eficazes do que são hoje. O problema teórico que essa regressão impõe é como proteger uma democracia contra a sua predação unilateral por interesses privados poderosos demais. O senador Bernie Sanders tem toda razão quando diz que *“um banco grande demais para falir é apenas grande demais”*. Isso é simplesmente o que está inscrito em toda legislação antitruste, das quais os Estados Unidos também foram pioneiros, há mais de um século. Nos últimos quarenta anos, porém, a capacidade do sistema político de proteger o interesse do eleitor mediano contra o poder econômico parece deteriorar-se (Gilens & Page 2014), e ninguém tem a receita do antídoto.

Caberá aqui, talvez, uma tentativa de explicitação de alguns temas fundamentais. O liberalismo é o campo ideológico-doutrinário que articula normativamente, justifica e legitima o aparato institucional dos sistemas políticos típicos de nosso tempo: nele se justificam e se amparam o Estado Democrático de Direito, os direitos humanos, a presunção de inocência e o direito ao devido processo legal, a livre associação, o direito de votar e ser votado etc. E isso é em vasta

medida independente do teor exato da política econômica, salvo pelo reconhecimento, sempre mais ou menos regulado e taxado, do direito à propriedade privada. Neste sentido, tanto social-democratas economicamente proativos quanto conservadores de matiz menos intervencionista podem ser igualmente liberais em seus princípios e valores.

Não falta, porém, quem se disponha a brandir liberalismo na arena eleitoral para opor – como questão de princípio – o “livre” mercado a toda regulação política da economia, jogando na cabeça do grosso da população um dever moral de reconhecer como sacrossanto todo poder de mercado que alguns plutocratas tenham logrado concentrar consigo. Estes quase nunca são liberais de fato, para além desta agenda específica – tanto que não costumam importar-se com restrições ao repertório mais vasto de direitos políticos, ou mesmo com o aparato processual democrático. Tendem a vocalizar os interesses imediatos do *status quo* econômico, lutando para evitar influência política que possa desconcentrar seu poder. Raramente se constroem em apoiar o primeiro tiranete que se oferece para proteger seus interesses contra a relativa imprevisibilidade da disputa em uma democracia.

A redução da conversa a “estado *versus* mercado”, “coerção *versus* liberdade”, a slogans em favor de um Estado mínimo etc. mal arranha a superfície das complexidades envolvidas. Não é possível reivindicar liberalismo e ignorar Kant e a metafísica dos costumes, ignorar Tocqueville e o elogio à “arte da associação”, ignorar Stuart Mill e a tiranização também pelo vizinho, não só pelo Estado. Não é possível reivindicar liberalismo e reduzir Keynes, com todo seu rigor analítico e comedimento pragmático, a um ideólogo. O liberalismo é cético, tolerante, pluralista, ou não será liberal. Não é possível ser liberal e aderir dogmaticamente, autoritariamente, à afirmação unilateral das virtudes do mercado e da autoafirmação individual. Governos são sempre amálgamas complexos, mas a propaganda pró-mercados está aí, a rodo, entulhando as prateleiras e asfixiando de intolerância a con-

versa. Mercados sim, ok, foram também eles que nos trouxeram, com os Estados que nasceram e cresceram com eles, até as democracias que pudemos conhecer no século 20. Mas é o Estado o fiador das transações no mercado e ambos crescerão juntos. Ou se dissolverão juntos na guerra de todos contra todos. Não é possível reivindicar liberalismo e dar de ombros, indiferente, enquanto nossos semelhantes, nossos concidadãos, morrem de maneira perfeitamente evitável, às centenas de milhares.

Ao longo dos últimos quarenta anos a agenda da desregulação beneficiou-se, mundo afora, de interdependência econômica crescente no plano internacional, que gerou dificuldades para o repertório de políticas redistributivas domésticas adotadas até então. Mas além disso (principalmente a partir da cidadela americana com Ronald Reagan) ela sequestrou a agenda ideológica, empilhou dificuldades ao expansionismo fiscal também por desregulação financeira e por expansão de sigilos bancários que levaram parcela crescente do PIB mundial à rotina da evasão tributária em paraísos fiscais cada vez mais internalizados às economias centrais – para depois cobrar austeridade.

O viés de recriminação preferencial à esquerda pela distância entre seus ideais e sua prática é detectável já em Robert Michels, em 1911: se um partido conservador funciona burocraticamente, isso é apenas normal; se um partido socialista funciona burocraticamente, então é um traidor da causa, por mais que o mesmo Michels mostre com clareza que o partido de fato nunca teve escolha. Se governos de esquerda operam de maneira principista, são radicais autoritários; se dançam conforme a música, são venais. Se empresários doam à direita, é por ideologia; se doam à esquerda, claro, só pode ser por corrupção (problema que se torna insolúvel se a legislação ainda faculta a eleitores doarem conforme sua renda). Mas nunca me sai da cabeça: Michels morreu em Roma, em 1936, sob Mussolini, filiado ao partido fascista. É o cacoete dos puristas, oscilar entre os extremos. Mas sempre con-

denados ao autoritarismo – derivado, na expressão de Popper (1945), de uma apreensão estética da política.

Internet e política – uma imensa frustração de expectativas

De toda a frustração de sonhos das últimas décadas, talvez em nenhum outro caso o contraste entre expectativa e entrega tenha sido tão drástico quanto no impacto da internet sobre a política. Há cerca de vinte anos, logo depois da web alcançar uso massificado em meados dos anos 1990, o que animava a análise era a expectativa de desmonopolização (ou desoligopolização) do discurso político, uma disseminação da capacidade de produzir *inputs* no debate público. Muito mais importante, porém, tem sido o impacto negativo do anonimato das fontes e de uma crescente fragmentação da arena discursiva. A ciência política ainda está basicamente tentando entender o que se passa. E os esforços regulatórios concentram-se, sobretudo, em identificar os rastros de ilicitudes no uso das redes, o que é uma tarefa tecnologicamente exigente em que talvez a regulação ande sempre um passo atrás da última inovação estrategicamente orientada – chegando depois do estrago já feito. Potencialmente mais importante, creio, seria abordar diretamente os dois pontos problemáticos em si mesmos.

A fragmentação da arena discursiva nas campanhas eleitorais é um desdobramento imprevisto da disseminação do uso das redes, mas tem mudado drasticamente a paisagem das campanhas eleitorais – e a forma como as sociedades as vivenciam, com repercussões que possivelmente alcançam até mesmo a estabilidade institucional geral dos sistemas políticos. Instituições são conjuntos de procedimentos que vinculam valores a rotinas: dado um objetivo ou propósito que se deseje alcançar, fixa-se um procedimento que viabiliza sua consecução, ou normaliza os critérios ou valores que orientam o procedimento

numa rotina que, dali em diante, presumivelmente será integrada ao dia a dia das pessoas. Se tudo der certo, o acoplamento entre rotina e valor se verá rapidamente amalgamado nos hábitos da população, configurando o que se poderá descrever como uma *cultura* específica.

Se é assim, então instituições (e tanto mais as instituições políticas) serão tanto mais fortes quanto mais naturalizadas forem. E, quanto mais naturalizadas, mais invisíveis se tornarão. Aquela população, habituada àquelas práticas, pensará nelas simplesmente como o modo “normal” de se viver e fazer as coisas. Mal conseguirá imaginar um mundo alternativo. Portanto, se estamos sempre discutindo o desenho das instituições, é porque elas nos parecem substituíveis, portanto artificiais em alguma medida. Se discutimos se são fortes, é porque já estão frágeis.

Todo processo de institucionalização, portanto, consiste de uma imensa coordenação de expectativas que em boa medida se materializa e se retroalimenta em *ritos* que consagram e perpetuam o procedimento nele implicado. Rituais, como experiências sociais amplamente compartilhadas, produzem um crucial mecanismo de coordenação tácita, que na teoria dos jogos tem o nome de conhecimento comum (*common knowledge*). Diz-se que um grupo de pessoas dispõe de conhecimento comum de um sistema de interação (um “jogo”), quando não apenas todas as pessoas sabem de alguma coisa, mas quando também todas sabem que todas sabem. Quando é público e notório, para usar o chavão. O conhecimento comum, assim concebido, é um requisito fundamental de toda coordenação tácita, que é justamente o que está implicado na ideia do “equilíbrio” que soluciona sistemas de interação estratégica.

Pois bem. No que diz respeito a eleições, é exatamente o seu aspecto de ritual compartilhado, em que todos os eleitores têm a mesma experiência da campanha mesmo com opiniões diferentes, o que está sendo corroído na fragmentação dos públicos produzida nas campa-

nhas eleitorais apoiadas na internet. Campanhas eleitorais sempre contemplaram jogo sujo. Boataria sempre fez parte do arsenal mais ou menos recorrentemente empregado nos bastidores – de modo que a alusão a “fake news” não descreve o que se passa. Mas, até recentemente, quando uma campanha decidia partir para o ataque com publicidade negativa a respeito de candidatura adversária, ela sabia que teria de sustentar em público o seu ataque, e ele comportava risco se a denúncia não fosse bem recebida. Pois o debate era um só, a discussão observada era universalmente compartilhada mesmo que as pessoas tivessem opiniões muito diferentes sobre o que se passava. Agora uma mesma campanha pode explorar discursos diferentes junto a públicos distintos. Não se trata apenas de disseminar uma informação falsa. Mas de produzir desinformação sistemática, metódica, estratégica. Não apenas as opiniões, mas a própria experiência da campanha será muito distinta para diferentes pessoas, subtraindo à campanha o chão de qualquer esperança de validação autônoma do discurso.

A bem do realismo, é preciso reconhecer que uma discussão entre milhões não é apenas discussão racional, mas também publicidade, marketing. Sempre foi. Mas, à medida que o próprio marketing se pulveriza num plano quase individualizado, ele deixa de ser até mesmo, a rigor, *publicidade*. Pois torna-se uma espécie paradoxal de “*publicidade não pública*”. Poderíamos falar agora da indução de uma *segregação discursiva*: uma erosão deliberada do filtro propiciado pela campanha pública, por uma recepção minimamente *unívoca* do debate eleitoral, partilhada por todo o eleitorado – e que favorece *conhecimento comum*, propicia empatia, inteligibilidade mútua e alimenta coesão política.

Muito embora o mundo real ficasse sempre muito aquém de nossas idealizações, efetivamente a democracia moderna precisa apoiar-se pelo menos num simulacro de debate racional. Pois este é o valor que a rotina de eleições periódicas quer materializar, e do qual decorrem

os princípios fundamentais de igualdade política e soberania popular. Se por um lado é verdade que o tal “mercado de ideias” nunca funcionou tão bem quanto gostaríamos de crer, por outro é preciso reconhecer que ele se apoiava em um nicho de veículos intermediários que, bem ou mal, competem por *credibilidade*. O que estamos vendo agora é que, à medida que esse nicho é corroído, ele *não* tem sido substituído por uma ágora de cidadãos emissores, livremente engajados em discussão racional, mas por *algoritmos* deliberadamente programados para *falsificar* o debate junto a *segmentos variados* do público, espalhar confusão e esvaziá-lo de toda pretensão de validação coletiva legítima. Num processo como esse, cada grupo vai, progressivamente, *estereotipificar* os demais, reduzi-los a caricaturas em que ninguém pode se reconhecer. Este é o caminho do inferno: por aí vai embora a tolerância e se insinua a violência política.

O outro aspecto crucial, talvez a pré-condição do primeiro, é a viabilização de intervenções *anônimas* em larga escala. Fala-se muito da necessidade de proteção da privacidade online, mas é preciso ressaltar que a privacidade não tem legitimidade alguma no debate público, onde a intervenção anônima *não é* um direito. O anonimato dilui a densidade moral do debate – de fato não há debate, se não sabemos com quem debatemos. E, nas campanhas eleitorais atuais, a fonte (ou o mecanismo de propagação) pode ser um software, um *bot* – que naturalmente não chega a ser portador de direitos políticos. Nesse quadro, é preciso problematizar a ênfase crescente na privacidade. Proteção de dados é importante, claro, mas a facilitação e a proteção incondicional da privacidade também traz seu próprio conjunto de problemas. Nos últimos tempos, todas as redes têm facultado a postagem de *stories* temporários, numa deriva que parece orientar-se antes por facultar o apagamento dos rastros que a atribuição de responsabilidades. As redes hoje parecem fazer proliferar esforços voltados para nos permitir uma intervenção anônima, transitória, pela qual não sejamos chama-

dos a responder. É preciso, porém, que a autoria da fala seja identificável, rastreável, não só para responsabilização legal, mas principalmente para uma responsabilização mais plenamente social, política.

De volta ao grande quadro

Por variadíssimos mecanismos, que poderão ou não estar mutuamente implicados, hoje vivemos tempos de clara erosão da identificação partidária em todo o mundo (Mair 2013). E, mesmo onde ela ainda existe, essa identificação partidária não pode mais ser concebida como a clássica “correia de transmissão”, em que o partido lança uma palavra de ordem, ou sinaliza uma mobilização, e sua base se vê prontamente nas ruas, engajada na luta que seu partido terá escolhido. Se é certo que esse desenho terá sido sempre uma relativa idealização, hoje se poderá dizer que é uma clara fantasia. Pois a identificação que resta poderá significar, na melhor das hipóteses, uma orientação preliminar, que informa reações primárias de setores do eleitorado a uma discussão política – tipicamente mediada pelas redes na internet. O que leva pessoas às ruas, hoje, como se pôde ver de maneira dramática em vários lugares do mundo na última década, é a indução descentralizada, feita a partir das redes sociais na internet. Num primeiro momento, essa indução pareceu se dar necessariamente de modo descentralizado, de baixo para cima, feita por redes de amigos de modo relativamente imprevisível. Independente de sua origem e emergência inicial, porém, sua mera repetição em vários lugares do globo provê um repertório tático que passa a se constituir em oportunidade para qualquer grupo que possa mobilizar tais recursos em proveito próprio.

Os novos meios levam pessoas às ruas de maneira espantosamente rápida, logrando em poucos dias uma mobilização que levaria meses, senão anos, para se construir. Rápido demais, talvez, porque os movimentos passam às ruas antes que pareçam ter clareza quanto ao que

querem obter de lá. Mas podem derrubar ou desestabilizar governos aparentemente sólidos, como se viu de maneira inédita e particularmente veloz no caso pioneiro da Tunísia em 2011, pouco depois na Ucrânia e mesmo no Brasil.

Nesse contexto, não surpreende que essas mobilizações tendam a professar uma cultura refratária a organizações, cética quanto aos partidos, hostil aos políticos – e a nutrir uma profunda desconfiança em relação à representação política. Os movimentos que emergem no novo cenário parecem propensos a rejeitar mediações. Isso costuma ser saudado como uma promessa de “democracia direta”, mas não há razões para otimismo. Em uma paisagem relativamente desprovida de mediações pelo associativismo civil, por mais que as pessoas tenham a sensação de agir livremente, atores com posição mais central nas redes de poder (tipicamente governos, mas também os detentores de poder econômico) desfrutarão de maiores graus de liberdade para perseguirem seus propósitos e formatarem unilateralmente a agenda política – estabelecendo, assim, as opções sobre as quais os cidadãos se pronunciarão “livremente”. Pois não encontrarão do outro lado da mesa organizações suficientemente robustas para fazer-lhes frente.

Embora a esquerda costume abraçar uma utopia anti-institucional para o mundo pós-revolucionário, no mundo realmente existente ela precisa entulhar a arena política com organizações, para limitar a liberdade de ação e a margem de manobra não só dos governos, mas – mais fundamentalmente – dos detentores de poder econômico. Para partidos de esquerda, que constroem não apenas o seu poder, mas sobretudo sua legitimidade política a partir de uma relação especial com setores mobilizados (e, até aqui, organizados) da sociedade civil, o desafio é peculiarmente complexo. Agora, mais que nunca, têm de equilibrar imperativos estratégicos – que recomendam algum insulamento das cúpulas – com um cultivo sensível e permanente não apenas do apoio, mas sobretudo da *confiança* de sua base social, agora prestes

a descolar-se por uma capacidade recém-descoberta de vocalização e ação autônoma. Não tem sido fácil. Partidos mais conservadores continuarão a obter parte relevante de seu poder a partir de alianças com os principais grupos econômicos privados. A esquerda é quem mais precisa de organização em sua base. Vai ter de se reinventar.

Referências bibliográficas

BARABÁSI, Albert-László (2002). *Linked: the new science of networks*. Nova York: Perseus Books.

CARDOSO, Fernando Henrique (1975). “A Questão do Estado no Brasil”, em F. H. Cardoso, *Autoritarismo e Democratização*, 187-221. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

GILENS, Martin; Benjamin I. PAGE (2014). “Testing Theories of American Politics: Elites, Interest Groups, and Average Citizens”. *Perspectives on Politics*, 12 (3): 564-81, setembro.

MAIR, Peter (2013). *Ruling the Void: the hollowing of Western democracy*. Londres: Verso Books.

MICHELS, Robert (1911). *Political Parties: A Sociological Study of the Oligarchical Tendencies of Modern Democracy*. Tradução de Eden Paul e Cedar Paul. Nova York: The Free Press, 1966.

OFFE, Claus (1989). *Capitalismo Desorganizado*. Tradução de Wanda Caldeira Brant. São Paulo: Brasiliense.

PLOTKE, David (1997). “Representation is Democracy”. *Constellations*, 4 (1): 19-34, abr.

POPPER, Sir Karl R. (1945). *A Sociedade Aberta e Seus Inimigos* (tomo 1: “O Fascínio de Platão”). Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.

REIS, Bruno P. W. (1995). “Corporativismo, Pluralismo e Conflito Distributivo no Brasil”. *Dados*, 38 (3): 417-57.

REIS, Bruno P. W. (1997). *Modernização, Mercado e Democracia: política e economia em sociedades complexas*. Rio de Janeiro: IUPERJ, tese de doutorado em ciência política.

REIS, Bruno P. W. (2014). “Da Democracia Participativa à Pluralidade da Representação no Brasil: breves notas sobre a odisséia do PT na política e na ciência política brasileira.” *Sociedade e Estado*, 29 (1): 113-27, jan./abr.

REIS, Bruno P. W. (2015). “Cuarta Parte: Los desafíos de la democracia en Améri-

ca Latina (item IV)”, em Rocío Annunziata (org.), *Hacia una Mutación de la Democracia?*, 171-9. Buenos Aires, Argentina: Prometeo Libros.

REIS, Bruno P. W.; Natália S. BUENO (2015). “Deliberação, Representação e Desigualdade Política”. *Cadernos da Escola do Legislativo*, 17 (27): 11-44, jan./jun.

REIS, Fábio Wanderley (1977). “As Eleições e o Problema Institucional: a revolução é a geral cooptação”. *Dados*, 14.

SCHWARTZMAN, Simon (1973). *Bases do Autoritarismo Brasileiro*. (3a. ed) Rio de Janeiro: Campus, 1988 (1a. ed., *São Paulo e o Estado Nacional*, 1973).

Plataforma Democrática (www.plataformademocratica.org) é uma iniciativa da Fundação FHC e do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais dedicada a fortalecer a cultura e as instituições democráticas na América Latina, por meio da produção de conhecimento e da promoção do debate pluralista de ideias sobre as transformações da sociedade e da política na região e no mundo. Realiza pesquisas e seminários para estimular o diálogo entre os produtores de conhecimentos e os diferentes atores sociais e políticos sobre temas da atualidade.

Plataforma Democrática oferece uma infraestrutura virtual com uma biblioteca de livre acesso que inclui milhares de textos sobre temas relacionados à democracia na América Latina e um banco de dados sobre instituições de pesquisa na região.

As principais áreas de trabalho da Plataforma Democrática são:

Transformações Geopolíticas Globais e instituições democráticas:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#EstadoDemocracia>

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#CambiosGeopoliticos>

Meios de comunicação e Democracia:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#MediosComunicacion>

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#EnsaioDemocracia>

Sociedade civil e democracia:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#CohesionSocial>

Bibliotecas virtuais:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/biblioteca>

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/biblioteca-sociedade>

Coleção Recursos de Pesquisa na Internet:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#RecursosPesquisa>